



Número: **0826881-37.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **29/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RODOLFO SOUZA DOS SANTOS (AUTOR)		MARCILIO FERREIRA DE MORAIS (ADVOGADO) LIBNI DIEGO PEREIRA DE SOUSA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21562 693	29/05/2019 16:27	Petição Inicial	Petição Inicial
21562 698	29/05/2019 16:27	PROCURAÇÃO e DECLAR. HIPOSSUIFICIÊNCIA	Procuração
21563 102	29/05/2019 16:27	DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação
21563 111	29/05/2019 16:27	LAUDO HOSPITALAR e outros	Documento de Comprovação
21563 119	29/05/2019 16:27	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
21563 127	29/05/2019 16:27	LAUDO MÉDICO FUNAD	Documento de Comprovação
21563 129	29/05/2019 16:27	REQUERIMENTO ADM	Documento de Comprovação
21625 511	04/06/2019 15:40	Despacho	Despacho

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PARAIBA**

RODOLFO SOUZA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, motoboy, portador de cédula de identidade Rg nº 3764658 SSP-PB, inscrito no CPF nº 113.219.934-47, residente e domiciliado na Rua Francisco Brandão nº 780, Manaíra, João Pessoa-PB, Cep: 58038-520, endereço eletrônico: moraissousa.adv@hotmail.com, neste ato representado por seus advogados abaixo firmados, com escritório profissional à Rua João Teixeira de Carvalho nº 349, Pedro Gondim, João Pessoa-PB, Cep: 58031-220, vem à elevada presença de Vossa Excelência, com fundamento na Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para propor:

AÇÃO DE COBRANÇA

Contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço à Rua Senador Dantas, nº 74, 1º Andar, Centro, Rio de Janeiro –RJ, CEP: 20031-205, em razão dos fatos a seguir articulados.

I) DA DESNECESSIDADE DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA

Em consonância com o **ART.319, IV**, do Novo Código de Processo Civil brasileiro, vem à parte autora manifestar expressamente a sua opção pela não realização de audiência de conciliação, tendo em vista a essencialidade da prova pericial para que se possa chegar a qualquer composição na presente lide. Caso seja designado perito para confecção de laudo conclusivo no ato, não há qualquer oposição do promovente.

II) DOS FATOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

O Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia **03/03/2018**, tendo sido encaminhada ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, em João Pessoa-PB, consoante comprovado pela Certidão fornecida pelo hospital, junto com o boletim de ocorrência anexo.

Como consequência do acidente, resultaram à vítima as lesões descritas: **TRAUMATISMO NÃO ESPECIFICADO NA CABEÇA + FRATURA DIAFISÁRIA DE RÁDIO ESQUERDA CID 10 S09.9 + S52.3**, em conformidade com os prontuários e documentos médicos acostados, enquadrando-se **no segmento da TABELA DPVAT referente às lesões de ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CRÂNIO-FACIAIS e em um dos PUNHOS**.

De acordo com a legislação vigente, Lei nº. 11.482 de 31 de maio de 2007, o autor requereu a indenização devida pelo seguro obrigatório junto a uma empresa seguradora participante do Convênio DPVAT, e **recebeu apenas a importância de R\$ 1.687,50**



(HUM MIL SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENATA CENTAVOS) conforme comprovante em anexo, quando na verdade o valor estipulado na TABELA DPVAT corresponde até R\$ 13.500,00.

-

-

Importante destacar Excelência que para realizar o pagamento pela via administrativa a seguradora exige uma série de documentos, dentre eles boletim de ocorrência e prontuário médico sem os quais indefere de pronto qualquer tentativa de recebimento administrativo. Portanto, se já houve pagamento, a Seguradora reconhece a existência do acidente e nexos causal entre este e as lesões debilitante do Autor.

Pois bem, após o pagamento o Autor buscou informações junto a conveniada para saber quais foram os critérios utilizados para apurar o valor pago a título de indenização, porém essa informou apenas que atua como conveniada pelo Consórcio instituído pela FENASEG, a qual estipula o valor da indenização, tudo de acordo com a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP - que nada faz para justificar sua finalidade, que é a defesa dos segurados e o dever de fiscalização das seguradoras no cumprimento da legislação.

A própria Seguradora, que diga-se, afere lucro na sua atividade, é a responsável por graduar as lesões das vítimas que a procuram para receber a indenização pela via administrativa como fez o Autor, e na maioria das vezes essa análise é realizada unicamente com base no prontuário médico do sinistrado, sem sequer uma perícia *in loco*.

Fica, pois, a vítima a mercê dos critérios estabelecidos pela seguradora que atendem muito mais seus interesses financeiros do que as necessidades dos acidentados.

O autor não pretende receber mais do que tem direito, mas também não pode se submeter à vontade unilateral da seguradora, ávida por lucro, razão pela qual faz uso da tutela jurisdicional para receber valores dentro dos parâmetros técnicos e de acordo com os procedimentos previstos na legislação em vigor.

Assim, de acordo com nossa legislação, requer a indenização devida pelo seguro obrigatório junto à empresa seguradora reclamada, cujo valor correto da indenização só será conhecido quando da realização de perícia médica judicial a ser designada pelo Juízo.

III) DOS QUESITOS PERICIAIS

-

-

Para a realização da perícia médica judicial o Autor apresenta os seguintes quesitos:



- a) O Autor possui alguma invalidez ou sequela permanente decorrente do acidente de trânsito sofrido?
- b) Do acidente de trânsito sofrido, resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? Em qual região do corpo?
- c) A debilidade/deformidade permanente ocasionada impede o Autor de levar uma vida comum? Gera-lhe limitações?
- d) Resultou incapacidade/limitação para o trabalho? Essa incapacidade/limitação é total ou parcial? Temporária ou permanente?
- e) Em caso de limitação para o trabalho, qual o grau desta: leve, moderada ou intensa?
- f) Existe tratamento médico/cirúrgico capaz de reverter a situação do Autor? Tal procedimento é viável e acessível às pessoas de situação financeira precária?
- g) A invalidez do Autor pode ser fixada em qual porcentagem pela Lei 11.945/2009?

IV) DA ASSISTENCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

-
-

Independente de comprovação de proventos, à parte pode valer-se apenas da simples alegação de hipossuficiência para que lhe seja deferida a concessão de assistência (ART.99 e parágrafos novo CPC), tratando-se de garantia constitucional para que todos os cidadãos têm amplo acesso à justiça.

A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita mediante mera alegação de hipossuficiência recai na jurisprudência majoritária, vejamos;

ASSISTENCIA JUDICIÁRIA - REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO - "Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, **basta à simples afirmação** de sua pobreza, até prova em contrário." (AASP 1622/19) in RT 697 p.99.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO - "A assistência judiciária (Lei 1060/50, na redação da Lei 7510/86) - Para que a parte obtenha



benefício da assistência judiciária, **basta à simples afirmação de sua pobreza**, a prova em contrário. (art.4º. e §1º.). Compete à parte contrária a oposição concessão." (STJ-REsp.1009/SP, Min.Nilson Naves, 3a.T., 24.10.89, in DJ 13.11.89, p.17026) in RT 686/185.

Portanto, considerando as condições econômicas do Autor e sua afirmação de pobreza, requer as benesses da lei de assistência judiciária gratuita a fim de desonerá-lo dos ônus processuais, pois o mesmo não tem condições momentâneas de arcar com este custo sem prejuízo de próprias expensas.

V) DOS JUROS LEGAIS

De acordo com o nosso ordenamento jurídico, a indenização devida por força de contrato de seguro deve ser corrigida a partir da contratação da importância segurada, a qual deve ser atualizada como forma de manter o valor através do tempo, conforme se extrai da lei no 5.488, de 27 de agosto de 1968.

Os juros, na concepção da doutrina, representam as perdas e danos do contrato inadimplido, de sorte que devem ser contados da data em que a DEVEDORA deixou de cumprir obrigação. Neste sentido:

"A obrigação de pagar juros de mora não tem necessariamente cunho indenizatório. É devida igualmente quando não se alega prejuízo. Todavia, é de se interpretar a norma que a impõe neste caso como disposição que presume o dano sempre que há inadimplemento de dívida pecuniária ou daquelas cujo valor em dinheiro está fixado. Com fundamento nessa presunção, todo juro de mora é compensatória de dano." (Orlando Gomes, "in" Obrigações, Forense, 3ª edição, 1972, págs. 177-180)

A posição da jurisprudência atual acompanha a doutrina de Orlando Gomes:

"SEGURO OBRIGATÓRIO - AÇÃO PROPOSTA PELA MULHER DA VÍTIMA - LEGITIMIDADE DE PARTE - PRESCRIÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA - Por expressa disposição legal, o cônjuge sobrevivente possui legitimidade para postular recebimento da indenização (art. 4º da Lei 6194/74, de 19.12.74). Prescrição inócurre, uma vez que a autora é beneficiária do seguro e não segurada. A indenização correspondente a 40 salários mínimos deve levar em conta o salário-mínimo vigente à época do evento, computando-se daí por diante a correção



monetária na conformidade com os índices oficiais. Recurso especial não conhecido."(STJ – REsp no 222642 - SP - 4. T. - Rel. Min. Barros Monteiro - DJU 09-04-2001 - p. 00367).

Pelo exposto, os juros moratórios devem ser contados a partir do pagamento parcial realizado, quando ocorreu a inexecução da obrigação.

VI) REQUERIMENTO FINAL

"Ex positis", requer:

a) Se digne Vossa Excelência em determinar a citação da empresa Requerida, **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro –RJ, CEP: 20031-205 para, querendo, ofereça defesa escrita sob pena de revelia, bem como informe se tem interesse na realização de audiência conciliatória (art.334 do CPC), em caso positivo, que efetue o pagamento dos honorários periciais nos termos do convênio 15/2014 celebrado entre o Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba e a Seguradora Líder.

b) **A procedência da ação para condenar a Requerida, a pagar a diferença entre o valor já pago administrativamente e a porcentagem de invalidez apurada pelo perito de confiança deste Juízo, no segmento da tabela dpvat referente às lesões de ORGÃOS E ESTRUTURAS CRÂNIO-FACIAIS e em um dos PUNHOS até R\$ 13.500,00**, acrescido de correção monetária desde o evento danoso e juros moratórios a partir do recebimento administrativo, honorários advocatícios sucumbenciais em 20% do valor da condenação, custas processuais e demais consectários legais.

c) **A não realização de audiência de conciliação, ou que a mesma se agendada com perícia no ato, pelos motivos já expostos.**

d) **A designação de perito de confiança do Juízo devendo a Parte ré ser intimada para pagamento dos honorários periciais, nos termos do convenio 15/2014, firmado entre o TJ/PB e a Seguradora, com dia e hora para a realização do exame pericial apto a constatar as sequelas decorrentes do acidente na parte suplicante, que sejam respondidos os quesitos do item V, bem como a apuração da porcentagem da invalidez que acometeu a parte autora.**

e) Se digne Vossa Excelência determinar à Reclamada, com fulcro no artigo 396 do Código de Processo Civil, que exiba junto com a defesa cópia do dossiê administrativo de liquidação do sinistro supra referido, eis que eventuais dúvidas poderão ser sanadas pelos próprios documentos que se encontram em seu poder.



f) Para provar o alegado, requer, além do exame pericial, juntada de novos documentos na medida em que o contraditório exigir e demais meios de prova necessários

g) Em face das dificuldades econômicas e financeiras que vem enfrentando o Requerente, declara para todos os efeitos e sob as penas da Lei que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento, pelo que requer a concessão dos benefícios da **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**.

Dá-se à presente, para efeitos fiscais e de alçada o valor de **R\$ 11.812,50** (**ONZE MIL OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS**).

Nestes termos.
Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 29 de maio de 2019.

MARCÍLIO FERREIRA DE MORAIS LIBNI DIEGO PEREIRA DE SOUSA

OAB/PB Nº 17.359

OAB/PB Nº 15.502



MORAIS & SOUSA
Advogados Associados

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RODOLFO SOUZA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, motoboy, portador da RG 3764658 /SSP/PB, CPF de Nº 113.219.934-47, residente e domiciliada na Rua Francisco Brandão, 78D, Mariana João Pessoa- PB, CEP: 58038-520 Telefone: 83-98780-8211

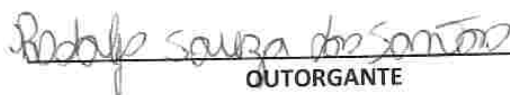
OUTORGADO: MARCÍLIO FERREIRA DE MORAIS OAB/PB Nº 17.359, LIBNI DIEGO PEREIRA DE SOUSA OAB/PB Nº 15.502 e ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJCHSZAK OAB/PR 035400., com escritório profissional situado na Rua João

Teixeira de Carvalho, 349, Bairro Pedro Gondim, CEP 58031220, João Pessoa/PB,

PODERES: Para quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium et extra", em qualquer instância judicial e/ou nos autos extra-judiciais, nos termos do artigo 105 do Código de Processo Civil Brasileiro. Possa defender interesses e direitos do outorgante perante qualquer Juízo, Instância, ou Tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defendê-lo nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais, usando dos recursos legais e acompanhando-os, deixando estipulados nesse documento, que em caso de êxito serão pagos a títulos de honorários advocatícios trinta por cento (30%) do valor que o outorgante tenha direito na ação proposta.

PODERES ESPECIAIS para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber e dar quitações, firmar compromisso e renunciar valores. Requerer documentos, vista de processos, apresentando recursos ou reclamações, junto às entidades da administração Pública Direta e Indireta, Autarquias e Fundações (INSS, IBAMA, Juntas comerciais, Receitas Federais em todas as esferas, Cartórios) etc..., Podendo ainda substabelecer no presente mandato com ou sem reserva de poderes e praticar todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho do referido mandato.

João Pessoa – PB, 13 de Maio de 2019 .


OUTORGANTE

Av. Dep. Odon Bezerra, 184, Sl 362, Tumbiá Shopping, Tumbiá, João Pessoa/PB.
Fone: (083) 3512-6017.
E-mail: moraisousa.adv@hotmail.com



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Eu, RODOLFO SOUZA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, motoboy, portador da RG 3764658 /SSP/PB, CPF de Nº 113.219.934-47, residente e domiciliada na Rua Francisco Brandão, 780 - Mauá João Pessoa- PB, CEP: 58 038-520 Telefone: 83-98780-8211, declaro sob as penas da lei que não tenho condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo do meu sustento e de minha família, por isso requeiro os benefícios da assistência judiciária gratuita nos termos da lei nº 1060/50.

JOÃO PESSOA, 13 de Maio de 2019.

Rodolfo Souza dos Santos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES E TRÁFICO
CARTÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: **RODOLFO SOUZA DOS SANTOS**

DOC. IDENTIDADE / CDS EMISSOR DE: **3764658** **SSP** **PB**

CIT: **113.219.934-47** DATA NASCIMENTO: **10/10/1993**

Função: **LAFAIETE FELIPE DOS SANTOS**
ADRIANA DE FATIMA SOUZA DOS SANTOS

Prontidão: **AL** ACC: **AL** CATEGORIA: **AL**

Nº REGISTRO: **05690043006** VALIDADE: **01/08/2022** 1ª EMISSÃO: **16/01/2013**

Observações: **A**

Rodolfo Souza dos Santos
Assinatura do Portador

LOCAL: **JOÃO PESSOA, PB** DATA EMISSÃO: **02/08/2017**

Assinatura do Emissor: *[Assinatura]* **80883114823**
PB035106921

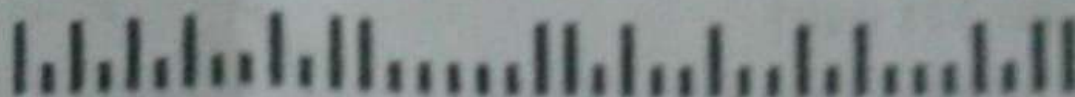
PARAÍBA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1494395019

PRONTO PARA PLASTIFICAR
1494395019



R\$
OR A SER PAGO NO CAMPO <VALOR DO DOCUMENTO>
POS O VENCIMENTO TERÃO ACRESCIMO E ENCARGOS, CA
IA PROXIMA FATURA MENSAL. APOS 07/05/2019, PAGAR



FRANCINALDO BARBOSA FIGU
FRANCISCO BRANDAO 780
MANAIRA
58038-520 JOAO PESSOA PB



Incluídos no valor da parcela

e de compras no exterior 6,38%

ção Délar R\$ 4,1032





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



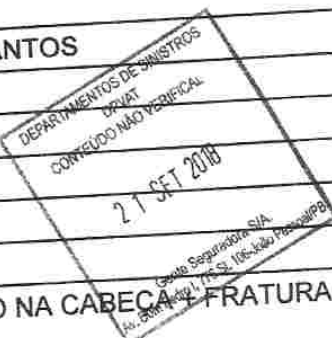
LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE RODOLFO SOUZA DOS SANTOS
DATA DE NASCIMENTO 10/10/93
NOME DA MÃE ADRIANA DE FÁTIMA SOUZA DOS SANTOS

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1.066.583
DATA DO ATENDIMENTO 03/03/18
HORA DO ATENDIMENTO 19:19
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S) TRAUMATISMO NÃO ESPECIFICADO NA CABEÇA E FRATURA
DIAFISÁRIA DE RÁDIO ESQUERDO
CID 10 S09.9 + S52.3



AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, refere TCE leve, com dor na cabeça, sem perda da consciência, consciente, orientado, Glasgow 15, sem deficits. Refere dor e limitação de movimentos em antebraço e punho esquerdos, com trauma torácico. RX evidencia fratura de 1/3 médio do rádio esquerdo. Encaminhado para o Ortopedia de Mangabeira, conforme pactuação.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC de crânio
RX de torax
RX de antebraço esquerdo
RX de punho esquerdo
Ultrassonografia FAST

RESULTADOS DOS EXAMES:

TRATAMENTO:

Atendimento inicial. Encaminhado para o Ortopedia de Mangabeira, conforme pactuação.

ALTA HOSPITALAR: 03/03/18
DATA DA EMISSÃO: 31/07/18

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





POLICLÍNICA
Nossa Senhora Aparecida

Paciente:

Roberto Luiz de Souza

End.:

LAUSO



PACIENTE ACIDENTADO CIVIL:
T92.2 NO ANTEBRAÇO ESQ.
COM OSTEOPÉRISES LOCAIS, APÓS
ACIDENTE MOTOCICLISTICO, IMAGEM
EM ANEXO, DEIXANDO LIMITAR
FUNÇÕES EM SUP. PARA FLEXÃO
DO PUNHO, PRONAT. FLEXÃO,
SUPINAT. INCOMPLETA, CUS-
SIFICANDO COMO LESÃO MO-
DEADA.

Dr. Djalma Bento F. Junior
CRM 3874
Clínica/Traumatológica

05
09
18

Praça Getúlio Vargas - 68 - Centro - Santa Rita - PB
CNPJ: 27.451.002/0001-53 - Fones: (83) 3032-2332 - 98605-6016











414322

CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01518.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01518.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 09:20 horas do dia 10 de agosto de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araujo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **Rodolfo Souza dos Santos**, CPF nº 113.219.934-47, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Moto Boy, filho(a) de Adriana de Fatima Souza dos Santos e Lafaiete Felipe dos Santos, natural de Fagundes/PB, nascido(a) em 10/10/1993 (24 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Três de Maio, Nº 460, bairro Tibiri Fábrica, tendo como ponto de referência Praça do Povo, na cidade de Santa Rita/PB, telefone(s) para contato (83) 98780-8211.

Dados do(s) Fatos:

Local: *****; Estação de Energia, João Pessoa/PB, bairro Brisamar; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 03/03/18 18:50h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE, o notificante já qualificado acima, diz que trafegava normalmente em sua mão, com o veículo, tipo motocicleta, marca e modelo: HONDA/CG 150 FAN ESDI, ano e modelo: 2014, de cor: preta, placa: OFC 8813/PB, chassi nº 9C2KC1680ER509026, registrado em nome do notificante; QUE segundo o notificante um ciclista de nome: Paulo Roberto Alves de Abrantes, tentou atravessara pista de um lado para outro e sem ter a devida atenção, acabou por ser atingido, vindo notificante e ciclista a caírem ao chão; QUE o ciclista foi socorrido para UNIMED; QUE o notificante foi socorrido pelo resgate do corpo de bombeiros para o hospital de H E T S H L, conforme laudo médico, CID 10 S09,9 e S52,3, datado de 31/07/2018, ASSINADO PELO MÉDICO: Dr. José de Almeida Braga-CRM-2329/PB, QUE o notificante foi transferido para o complexo hospitalar de Mangabeira no dia 04/03/2018 por volta das 00:28 min, conforme certidão 0899/2018, assinado pelo médico: Rosângela Medeiros Escorel Almeida CRM/PB3883. QUE não quer representar criminalmente.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 10 de agosto de 2018.

JOSE SAULO ARAUJO NEGREIROS
Agente de Investigação

RODOLFO SOUZA DOS SANTOS
Notificante



Procedimento Policial: 01518.01.2018.1.00.420
Genitor SIA
Av. Dom Pedro I, 776 St. 106-João Pessoa/PB





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência- FUNAD
CORDI - COORDENADORIA DE TRIAGEM E DIAGNOSTICO



LAUDO MÉDICO

Atesto, conforme avaliação do prontuário médico de RODOLFO SOUZA DOS SANTOS, D.N: 10/10/1993, CPF: 113.219.934-47, prontuário nº 19.0765-4, que submetendo-se a uma avaliação pela equipe interdisciplinar desta Coordenação - CORDI - COORDENADORIA DE TRIAGEM E DIAGNOSTICO - FUNAD, pelo exposto acima, o avaliado é pessoa com deficiência e se enquadra na previsão legal contida no artigo 4º do decreto Federal nº 3.298/99 e 5.296/04 e por este motivo faz jus a integrar o percentual de cotas previsto no Art. 93 da Lei Federal 8.213/91

1. Espécie de deficiência.....: Deficiência Física
2. Descrição da deficiência.....: Monoparesia no MSE. Sequela de fratura de rádio, abordada por cirurgia.
3. CID-10 da deficiência constatada..: G 83.2; S 52.1
4. Nível da deficiência constatada: Limitações na mobilidade ativa e força grau 2 com perda parcial da ADM não superando a gravidade para flexão de punho 20° e supinação do antebraço até o neutro, possui limitação para atividades que transferência de peso com constância.

João Pessoa, 25 de abril de 2019


INDALECIO PACELLI FERNANDES
CRM: 6827

Dr. Indalecio Pacelli Fernandes
Ortopedia - Traumatologia
CRM 6827 TEOT 14247
FUNAD/CNS 980016283349973

Operador: Rodrigo Souza [id Sys: 15136]

Rua Dr. Orestes Lisboa, s/n - Conj. Pedro Gondim
João Pessoa-PB - Fones: (83) 3214-7879 - 3244-1542 e 3224-7239 - Fax: (083) 3224-2495
Site: www.funad.pb.gov.br E-mail: funad@funad.pb.gov.br

10.34/atendimento/novo_laudo.asp

1/2



Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. O prazo final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180443062 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA RODOLFO SOUZA DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO GENTE SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO RODOLFO SOUZA DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 11321993447

Posição em 29-05-2019 15:44:35


O pedido do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.


Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
15/10/2018	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
02/12/2018	Reanálise de processo - Conduta mantida	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/L5Pp7tS__rCeW2QO__ROI4qw==/6mF4tpNlk7uxh5sUui3DmSXMgKHQI5CP+sokWapi_key=V3mNyrFtVT9SUyUZRAIfq011FkuqxHUUDI9Fifj79xQ=)
29/09/2018	Aviso de Sinistro	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/C9XIXrW87ug1P7dzNgbq6w==/4+Kyls3GhjWUvWeN116ZAwktqpQ9__INWCxVb1api_key=V3mNyrFtVT9SUyUZRAIfq011FkuqxHUUDI9Fifj79xQ=)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT

Disponível na  **App Store** (<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)
id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)

 **Google Play** (<https://play.google.com/store/apps/details?>)

ACESSIBILIDADE

 (/Pages/Acessibilidade.aspx)  (/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicais.aspx)
Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)
Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)
Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

O





Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0826881-37.2019.8.15.2001

DESPACHO

Vistos.

Defiro o pedido de gratuidade de justiça.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão/modificação de ato praticado no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo. Ademais, a experiência prática demonstra que as seguradoras não realizam acordos em demandas congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação.

Cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Juiz(a) de Direito

